

AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE SANTA CRUZ DO SUL - ASDISC - CNPJ 95.439.238/0001-24

Sede / Rua Ramiro Barcelos, 1017 Sala 607 Edifício J.H.Santos em Santa Cruz do Sul - RS

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social aprovado pela Portaria nº 814 de 22/11/2018 (Dou 23/11/2018), pedido de Renovação Processo nº 2300029703202077 de 27.11.2020 e Processo nº 23000.042129/2023-95 em 05.12.2023.

SRS. ASSOCIADOS: Submetemos a apreciação de V. Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com os pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

Santa Cruz do Sul - RS, 31 de março de 2026.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NE	2025		2024		PASSIVO	NE	2025		2024	
CIRCULANTE			1.498.376,31		1.648.723,47	CIRCULANTE	8		1.102.231,58		843.429,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			445.100,75		881.738,56	Fornecedores			194.268,57		79.334,07
Caixa	04 a)		34.971,58		86.992,75	Obrigações Sociais/Tributárias			104.065,55		100.454,53
Bancos Conta Movimento	04 a)		11.076,36		11.447,30	Obrigações Trabalhistas			244.904,02		227.431,29
Bancos Conta Poupança	04 b)		1.717,85		29.372,36	Obrigações de Terceiros	24		1.160,00		11.834,98
Bancos Conta Aplicações	04 b)		397.334,96		753.926,15	Outras Obrigações			26.224,11		42.574,56
CRÉDITOS	04 c)		1.020.803,24		722.851,12	Subvenções Estaduais			-		-
Anuidades a Receber			679.973,09		599.528,21	Provisões	04 g)		460.164,40		330.190,64
Outras Contas			232.658,00		119.107,00	Adiantamentos de Clientes (Rec.Antecip.)			71.444,93		51.609,60
Adiantamentos			108.172,15		4.215,91	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9		2.199.642,48		2.509.975,72
Valores a Recuperar			-		-	Patrimônio Social			2.509.975,72		2.086.481,52
ESTOQUES			28.243,91		40.583,89	Ajuste de Exercícios Anteriores			(1.178,00)		144,50
Estoques			28.243,91		40.583,89	Resultado do Exercício			(309.155,24)		423.349,70
DESPESAS ANTECIPADAS			4.228,41		3.549,90						
Despesas Antecipadas			4.228,41		3.549,90						
NÃO CIRCULANTE			1.803.497,75		1.704.681,92						
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			46.749,05		39.783,76						
Aplicações em Bancos			46.749,05		39.783,76						
INVESTIMENTO	4 d)		59.000,00		59.000,00						
Ações e Participações			-		-						
Terrenos			59.000,00		59.000,00						
IMOBILIZADO	04 e)		1.697.748,70		1.605.898,16						
Imóveis			549.585,70		437.052,72						
Móveis e Utensílios			234.714,55		223.589,65						
Veículos			58.990,00		60.640,00						
Máquinas e Aparelhos			139.692,47		136.829,67						
Equipamentos			370.310,41		334.276,42						
Biblioteca e Audio Visual			41.490,06		41.490,06						
Instalações			2.128.734,27		1.958.618,75						
(-) Depreciação Acumulada	04 f)		(1.825.768,76)		(1.586.599,11)				-		-
INTANGÍVEL			-		-						
Licenças			999,00		999,00						
(-) Depreciação Acumulada	04 f)		(999,00)		(999,00)						
TOTAL DO ATIVO			3.301.874,06		3.353.405,39	TOTAL DO PASSIVO			3.301.874,06		3.353.405,39

Santa Cruz do Sul, 31 de dezembro de 2025.

Leandro José Lopes
Presidente
CPF 898.145.250-49

Marisa Nádia Schweickardt
CONTADORA - CRC 055.793/0-8
CPF 442.780.980-49

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE SANTA CRUZ DO SUL - ASDISC - CNPJ 95.439.238/0001-24**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO (EM REAIS)**

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RECEITAS BRUTA DE SERVIÇOS	NE	2025	2024
Prestação de Serviços de Assistência Educacional	04 h	9.196.991,93	8.570.196,76
Receitas de Convênios Públicos/Subvenções		513.634,07	510.680,66
(-) Bolsas Educacionais	12	(1.925.200,20)	(1.839.710,98)
(-) Assistência Funcional Dissídio/Bolsas Instituc.		(2.877.206,43)	(2.596.946,34)
(-) Devoluções		-	-
Outras Receitas Operacionais		591.890,64	638.081,90
(-) Custos(CMV)		(159.478,31)	(175.999,92)
RECEITA LÍQUIDA			
RESULTADO BRUTO DO PERÍODO		5.340.631,70	5.106.302,08
(-) DESPESA OPERACIONAIS	04 h		
(-) Despesas Operacionais		(1.330.076,28)	(1.290.559,39)
(-) Despesas Com Pessoal		(4.707.402,94)	(4.201.767,13)
(-) Serviços de Terceiros		(277.715,71)	(293.429,03)
(-) Despesas Tributárias e Financeiras		(75.213,20)	(57.813,13)
(-) Despesa Assistência Social	13	-	(8.418,80)
(-) Outras Atividades Assistenciais		(21.697,55)	(15.580,23)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.071.473,98)	(761.265,63)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	04 h		
Doações e Promoções	15	631.059,47	1.093.302,50
Receitas Financeiras		88.406,87	77.806,26
Patrimoniais		42.852,40	13.506,57
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		(309.155,24)	423.349,70

Santa Cruz do Sul, 31 de dezembro de 2025.

Leandro José Lopes
Presidente
CPF 898.145.250-49Marisa Nádia Schweickardt
CONTADORA - CRC 055.793/0-8
CPF 442.780.980-49

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE SANTA CRUZ DO SUL - ASDISC - CNPJ 95.439.238/0001-24			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)			
CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	MUTAÇÕES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.068.971,57	17.509,95	2.086.481,52
Transferido P/Patrimônio	17.509,95	(17.509,95)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores		144,50	144,50
Superávit/Déficit em 2024		423.349,70	423.349,70
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.086.481,52	423.494,20	2.509.975,72
Transferido P/Patrimônio	423.494,20	(423.494,20)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores		(1.178,00)	(1.178,00)
Superávit/Déficit em 2025		(309.155,24)	(309.155,24)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.509.975,72	(310.333,24)	2.199.642,48
Santa Cruz do Sul, 31 de dezembro de 2025			
Leandro José Lopes Presidente CPF 898.145.250-49	Marisa Nádia Schweickardt CONTADORA - CRC 055.793/0-8 CPF 442.780.980-49		
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

ÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE SANTA CRUZ DO SUL - ASDISC - CNPJ 95.439.238/0001-24

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)

MÉTODO INDIRETO

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) Líquido	(309.155,24)	423.349,70
Ajustes p/Reconciliar o Superávit(Déficit) Líquido c/Caixa Líquido Aplicado/Obtido nas/das Atividades Operacionais:		
Depreciação e amortização	239.169,65	133.584,15
Aumento (diminuição) das contas do ativo e passivo circulantes:		
Contribuições a receber	(80.444,88)	(64.922,82)
Estoques	12.339,98	18.368,13
Outros créditos curto e longo prazo	(225.151,04)	(119.803,22)
Fornecedores	114.934,50	(101.654,54)
Salários e encargos sociais	124.032,08	(82.098,06)
Outras débitos/contas a pagar - Curto e longo prazo	19.835,33	5.317,76
Caixa líquido obtido/(aplicado) das/nas atividades operacionais	(104.439,62)	212.141,10
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de investimentos permanentes	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado+ intangível	(331.020,19)	(118.870,66)
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas/das atividades investimentos	(331.020,19)	(118.870,66)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variação em Empréstimos	-	-
Variação no Patrimônio Social (exceto Reserva de Superávit)	(1.178,00)	144,50
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas/das atividades financiamentos	(1.178,00)	144,50
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LIQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES	(436.637,81)	93.414,94
CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO	881.738,56	788.323,62
CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	445.100,75	881.738,56

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Santa Cruz do Sul, 31 de dezembro de 2025.

Leandro José Lopes
 Presidente
 CPF 898.145.250-49

Marisa Nádia Schweickardt
 CONTADORA - CRC 055.793/0-8
 CPF 442.780.980-49

Ação Social Diocesana de Santa Cruz do Sul - ASDISC - CNPJ 95.439.238/0001-24

Demonstrativo do Valor Adicionado

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)

Descrição	2025	2024
1 - Receitas	7.584.588,01	7.721.542,30
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.319.785,50	5.973.250,42
1.2 - Outras Receitas	1.264.802,51	1.748.291,88
1.3 - Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-
1.4 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	1.554.943,89	1.536.642,09
2.1 - Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	159.478,31	175.999,92
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.395.465,58	1.360.642,17
2.3 - Perda/Recuperação de valores ativos		
2.4 - Outras (especificar)		
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	6.029.644,12	6.184.900,21
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão	245.678,65	240.426,52
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	5.783.965,47	5.944.473,69
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	603.040,94	585.086,01
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial		
6.2 - Receitas Financeiras	88.406,87	77.806,26
6.3 - Outras	514.634,07	507.279,75
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	6.387.006,41	6.529.559,70
8 - Distribuição do Valor Adicionado (*)	6.387.006,41	6.529.559,70
8.1 - Pessoal	4.707.208,02	4.201.608,57
8.1.1 - Remuneração Direta	4.229.963,75	3.822.543,68
8.1.2 - Benefícios	130.332,36	64.484,18
8.1.3 - FGTS	346.911,91	314.580,71
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	7.627,33	4.188,49
8.2.1 - Federais	194,92	162,60
8.2.2 - Estaduais	3.383,85	104,36
8.2.3 - Municipais	4.048,56	3.921,53
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	34.428,55	36.702,93

8.3.1 - Juros		637,82	1.801,81
8.3.2 - Aluguéis		31.082,04	34.880,69
8.3.3 - Outras		2.708,69	20,43
8.4 - Remuneração do Patrimônio	-	309.155,24	423.349,70
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio		-	-
8.4.2 - Dividendos		-	-
8.4.3 - Superávit / Prejuízo do exercício	-	309.155,24	423.349,70
8.5 - Gratuitades		1.946.897,75	1.863.710,01
8.5.1 - Gratuidade Educacional		1.925.200,20	1.839.710,98
8.5.2 - Gratuidade Social		21.697,55	23.999,03

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Santa Cruz do Sul, 31 de dezembro de 2025.

Leandro José Lopes
 Presidente
 CPF 898.145.250-49

Marisa Nádía Schweickardt
 CONTADORA - CRC 055.793/0-8
 CPF 442.780.980-49

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024**

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE SANTA CRUZ DO SUL foi fundada em 26 de fevereiro de 1970, com seus atos constitutivos registrados no Cartório de Registros Especiais de Santa Cruz do Sul, no livro nº A-7 Fls.78/79 sob nº 605, em 12 de maio de 1970, é uma Entidade Civil Filantrópica. Portadora de Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo nº 230000.049030/2017/76, Portaria nº 814 de 22/11/2018 (Dou 23/11/2018), e renovação enviada pelo processo nº 23000029703202077 de 27.11.2020 e processo nº 23000.042129/2023-95 em 05/12/2023. A ASDISC tem por finalidade, promover a educação integral em seus vários níveis: infantil, fundamental, médio e ensino superior; promover a assistência social educacional à crianças, adolescentes, jovens e adultos; promover o acesso à cultura; Promover o desenvolvimento físico, intelectual, cultural, social, moral e espiritual do público a quem se destina; Promover a qualificação dos alunos, com vistas à inclusão social e à inserção no mundo do trabalho; Fortalecer os vínculos familiares e comunitários, desenvolvendo as potencialidades e valorizando as aquisições; criar, desenvolver e manter atividades para se autossustentar e qualificar seus serviços.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2025, a Entidade adotou a Lei 11.638/2007, a Lei 11.941/09 que alteraram os artigos da Lei 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.305/2010, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC N° 1.296/10 (NBC TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC N° 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações de liquidez imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) Ativos e passivos circulantes: os ativos e passivos circulantes estão sendo demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

d) Investimentos: Os investimentos estão contabilizados pelos valores originais conhecidos, atualizados, quando aplicável, até o encerramento do exercício.

e) Imobilizado: Os ativos imobilizados foram avaliados ao valor justo em exercícios anteriores e as aquisições posteriores ou construções estão contabilizadas pelo seu valor de aquisição, deduzida a depreciação. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro gasto é reconhecido como despesa quando incorrido.

f) Depreciações e Amortizações: foram calculadas e estão sendo apresentadas pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 07 e leva em consideração a vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC N° 1.177/09 (NBC TG 27)).

g) Provisão para férias e encargos: As férias, bem como os seus encargos, foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

h) As receitas e as despesas: Foram apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas são reconhecidas, respeitando todos os princípios contábeis.

i) Apuração do resultado: O resultado foi apurado segundo o regime de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

j) Prazos: os ativos realizáveis e os passivos exigíveis, até o encerramento do exercício seguinte, são classificados como circulante. Os valores exigidos após o exercício seguinte foram classificados como longo prazo.

k) Doações e contribuições de terceiros: A entidade, nos exercícios de 2025 e 2024, recebeu doações ou subvenções governamentais, que foram aplicadas nas finalidades previstas e recebeu doações de Pessoas Físicas ou Jurídicas sem aplicação específica.

NOTA 05 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Os saldos apresentados nesta conta estão atualizados até a data do balanço e refere-se a direitos junto a pessoa (s) jurídica (s), com prazo de realização/recebimento superior a doze (12) meses.

NOTA 06 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (INVESTIMENTOS)

Os saldos apresentados neste grupo referem-se a ações de outras empresas e está sendo apresentada pelo valor original.

NOTA 07 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO)

O ativo imobilizado da entidade não foi avaliado a valor justo em 2012 e as aquisições posteriores foram registradas pelo custo de aquisição. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado não foram revisados, para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei N° 11.638/07, Deliberação CVM No. 583/2009 e Resolução do CFC No. 1.177/2009 (NBC TG 27).

DESCRIÇÃO DOS BENS	Tx Deprec. Anual Média s/Residual	2024	2025			
		Residual	Aquisições	Baixas	Depreciação acumulada	Residual
INVESTIMENTOS;						
AÇÕES PARTICIPAÇÕES E		0,00		0,00		0,00
TERRENOS		59.000,00	0,00	0,00		59.000,00
IMOBILIZADO;						
IMÓVEIS	4%	409.359,31	112.532,98	0,00	36.696,21	512.889,49
MOVEIS E UTENSÍLIOS	10%	70.897,48	11.124,90	0,00	165.428,37	69.286,18
VEÍCULOS	20%	0,00	0,00		58.990,00	0,00
MAQUINAS APARELHOS GERAL E EM	10%	31.090,09	2.862,80	0,00	113.172,28	26.520,19
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20%	56.757,12	15.392,99	4.859,00	246.757,58	50.152,90
EQUIPAMENTOS	10%	8.566,48	25.500,00	0,00	42.236,13	31.163,80
BIBLIOTECA	10%	13.245,28	0,00	0,00	30.650,02	10.840,04
INSTALAÇÕES BENFEITORIAS E	10%	1.015.982,40	170.115,52	0,00	1.131.838,17	996.896,10
INTANGIVEL;						
LICENÇAS		0,00	0,00		999,00	0,00
Totais		1.664.898,16	337.529,19	4.859,00	1.826.767,76	1.756.748,70

NOTA 08 – DAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

As obrigações foram cumpridas nos prazos e as provisionadas estão representadas pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de obrigações fiscais, empregatícias, tributárias, fornecedores e outras obrigações bem como a provisões sociais.

NOTA 09 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O Patrimônio líquido de **R\$ 2.199.642,48** é composto da seguinte forma:

- Superávit ou Déficit do Exercício:** em 2025 a Entidade obteve um déficit de R\$ 309.155,24;
- Patrimônio Social:** O valor do Patrimônio Social ficou em R\$ 2.509.975,72;
- Ajustes de Exercícios Anteriores:** Em 2025 no valor de (R\$ 1.178,00) se refere a lançamento indevido em adiantamento a fornecedor.

NOTA 10 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superávit/déficit do exercício de 2024 foi e o de 2025 será absorvido pela conta patrimônio social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros em seu item 15.

NOTA 11 – CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

As receitas e despesas da entidade foram classificadas em três grupos, sendo eles receitas e despesas educacionais e de assistência social, outras receitas e despesas educacionais e de assistência social e demais receitas e despesas.

NOTA 12 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM GRATUIDADES

As aplicações dos recursos em Gratuidades atenderam o que preceitua a Constituição Federal no Art. 195, III., §7º, que concede a imunidade da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem as exigências estabelecidas em lei, a Lei nº. 8.212 de 24/07/91 - Lei do Custeio da Previdência Social, e a LC 187/2021. A Instituição, no atendimento aos seus objetivos, atendeu as exigências legais quanto a aplicação do 1x9 e 1x5, conforme segue:

PROPORCIONALIDADE DE UMA BOLSA INTEGRAL**A) – UM ALUNO – PARA CADA NOVE (9) PAGANTES:**

DESCRIÇÃO	Alunos 2025	Alunos 2024
Total de alunos matriculados	750	770
(-) Alunos com bolsas de 100%	158	157
(=) Alunos pagantes	592	613
Proporção: 1 aluno para cada nove (9) alunos pagantes	66	68
Bolsas integrais concedidas	158	157
Bolsas Parciais Concedidas	22	32

B) – UM ALUNO – PARA CADA CINCO (5) PAGANTES:

DESCRIÇÃO	Alunos 2025	Alunos 2024
Total de alunos matriculados	750	770
(-) Alunos com bolsas de 100%	158	157
(=) Alunos pagantes	592	613
Proporção: 1 aluno para cada cinco (5) alunos pagantes	118	123
Bolsas integrais concedidas	158	157
Bolsas Parciais concedidas	22	32

NOTA 13 – IMUNIDADES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS, PIS E COFINS

Em atendimento ao subitem “c” do item 27 da ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro, são demonstrados a seguir, os valores relativos às imunidades previdenciárias, pis e cofins, como se devido fosse gozada durante o exercício de 2025 e 2024:

Ano	2025	2024
INSS	R\$ 1.043.334,74	R\$ 962.544,90
Cofins	R\$ 169.226,28	R\$ 193.579,40
Pis	R\$ 40.868,39	R\$ 37.772,37
Total	R\$ 1.253.429,41	R\$ 1.193.896,67

NOTA 14 – DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas e campanhas assistenciais, coleta de óleo saturado, conforme demonstrativo a seguir, sem aplicação específica.

Exercício	Valor Recebido
2025	R\$ 631.059,47
2024	R\$ 1.093.302,50

NOTA 15 – PROVISÃO PARA PERDAS

A entidade, para os anos de 2025 e 2024, efetuou a provisão para perdas de recebimento de crédito, conforme preconiza a Resolução CFC nº 1.409/2012.

NOTA 16 – PROVISÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES

Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09 a administração da entidade entendeu não ser necessário o registro contábil de contingências ativas e/ou passivas, por não existir, até a data do balanço, processos com possíveis ou prováveis perdas.

NOTA 17 – SEGUROS CONTRATADOS

A entidade mantém seguros para os bens do imobilizado, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos envolvidos, decorrentes de suas atividades.

NOTA 18 – DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados nas finalidades institucionais de conformidade com o Estatuto, demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

NOTA 19 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC n.º 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução n.º 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o Indireto.

NOTA 20 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

Em cumprimento a Resolução 1.151/09 e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente de forma das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda, em atendimento a legislação supracitada, a Entidade deve efetuar o Ajuste a Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor

presente representa o valor de um direito ou obrigação e descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Em análise efetuada nos saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a administração entendeu não ser necessário efetuar o Ajuste a Valor Presente, pois estas rubricas não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09.

NOTA 21 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A Entidade não revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/07, Deliberação da CVM No. 527, Resolução CFC Nº 1.292/10 que aprova (NBC TG 01). Quando tais evidências são identificadas (o que não foi efetivado), e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração não efetivou os testes nos últimos dois (2025 e 2024) exercícios sociais.

NOTA 22 – UNIDADES MANTIDAS

A Ação Social Diocesana de Santa Cruz do Sul – ASDISC mantém 2(duas) Escola(s) de Educação Básica, denominada(s) Escola de Ensino Médio Anchieta e Colégio Nossa Senhora Medianeira localizadas respectivamente na Rua Alvarenga, 642 em Vera Cruz/RS e Avenida Júlio de Castilhos, 431 em Candelária/RS devidamente reconhecido(s) pelo Ministério da Educação.

NOTA 23 – SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS E CONVÊNIOS

Subvenções recebidas das esferas governamentais e convênios com outras Entidades, durante os exercícios de 2025 e 2024 com destinação educacional e assistencial, ou para aplicação em projetos específicos, campanha da Nota Fiscal Gaúcha e Convênios Públicos/Subvenções estão abaixo demonstrados:

Exercício	Concedente	Valor Recebido
2025	Governo Estadual, Municipal e Convênios	R\$ 518.474,07
2024	Governo Estadual, Municipal e Convênios	R\$ 606.888,78
	Total Geral	R\$ 1.125.362,85

NOTA 24 - TRABALHO VOLUNTÁRIO (Total das atividades)

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro que é composto pelos diretores e conselheiros que dedicam seu tempo e seu talento em uma importante participação em variadas ações realizadas pela instituição. No ano de 2025 o voluntariado representou R\$ 11.400,00.

NOTA 25 - CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Entidade avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende manter sua atuação na execução de serviço de assistência social educacional. Não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

NOTA 26 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUA DIVULGAÇÃO

Em 18 de maio de 2026, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras e autoriza a divulgação durante o exercício de 2025. O conjunto completo das demonstrações contábeis pormenorizadas, incluindo demonstrações auxiliares, contábeis e financeiras, encontram-se arquivadas na sede da Entidade.

Santa Cruz do Sul, 31 de dezembro de 2025.

Leandro Jose Lopes
Presidente
CPF 898.145.250-49

Marisa Nadia Schweickardt
Contadora CRC/RS 055.793/0-8
CPF 442.780.980-49



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria da
AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE SANTA CRUZ DO SUL
Santa Cruz do Sul – RS

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE SANTA CRUZ DO SUL, CNPJ 95.439.238/0001-24, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE SANTA CRUZ DO SUL em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 31 de março de 2025, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 18 de maio de 2026

TSA AUDITORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES

CRC RS-004240/O-1 – CVM 13242

Nilton Antonio Tiellet Borges

Contador CRC RS-015233/O-8 - CNAI 81